

REVISTA
N.º 43 **NOVOS RUMOS**

ANIBAL QUIJANO

**O LABIRINTO DA
AMÉRICA LATINA:
HAVERÁ OUTRAS SAÍDAS**

O LABIRINTO DA AMÉRICA LATINA: HAVERÁ OUTRAS SAÍDAS*

Anibal Quijano

A América Latina, três décadas depois do começo da neoliberalização capitalista,¹ vê-se hoje com sua economia estancada, com a mais alta taxa de desemprego, com a mais alta porcentagem de pobres de toda sua história,² permeada de revoltas sociais, submersa na instabilidade política e, pela primeira vez em mais de um século – quer dizer, depois da conquista do norte do México em meados do século XIX, e de Cuba, Porto Rico, Guam e Filipinas, no final desse mesmo século –, com sua integridade territorial e sua independência política claramente ameaçadas.

No final da década dos anos 1980 do século XX, havia consenso na região em chamá-la a *década perdida*, pois já em 1982 a América Latina sofria sua mais grave crise em cinqüenta anos.³ Vinte anos depois, não é difícil perceber que tal processo foi não só uma perda, mas uma autêntica catástrofe. Em primeiro lugar, para os explorados, os dominados e os discriminados, certamente. Mas, dessa vez, o processo ampliou muito o universo de suas vítimas, incluindo também as camadas médias urbanas dos profissionais e tecnoburocratas e ainda os próprios grupos da burguesia dependente, vinculados ao mercado interno.

Ao mesmo tempo, a crescente onda de resistência mundial contra os efeitos da neoliberalização do capitalismo e da reconcentração do controle imperialista da autoridade estatal também encontra, na América Latina, um de seus espaços mais ativos. A continuada mobilização popular contra a situação atual e os regimes políticos responsáveis por havê-la produzido levou a uma deslegitimação universal do neoliberalismo não só em sua condição de centro de controle das políticas do Estado e do movimento da economia, mas também daquilo que chegou a ser, virtualmente, uma espécie de sentido comum hegemônico para toda a vida social.

Essa deslegitimação ideológica e política do neoliberalismo começa a gerar um debate sobre as opções de orientação das políticas econômicas, sobre as perspectivas imediatas e futuras de ação e, evidentemente, para começar, sobre o que concerne às mais graves conseqüências sociais do prolongado domínio do capitalismo neoliberalizado: o crescente desemprego e o aumento do número de pobres e da extrema pobreza. Para explorar suas perspectivas é indispensável olhar de novo, e mais de perto, esse panorama.

* Tradução de Marly de Almeida Gomes Vianna e Ramón Peña Castro.

□ PANORAMA ATUAL DA AMÉRICA LATINA

Os principais processos que dirigem e organizam a atual perspectiva sobre a América Latina são:

1. A continuada e crescente polarização social da população. As estatísticas sobre o desemprego, a distribuição de renda, a proporção de pobres e sobre os níveis de pobreza mostram que a dita tendência é o traço mais evidente da atual situação latino-americana, produzida, como em todo o mundo, pelos programas de “ajuste estrutural” que foram impostos a esses países para sustentar o pagamento ininterrupto dos serviços de uma dívida internacional que cresce sem cessar e que, por isso mesmo, não é pagável, equivalendo, neste sentido, a um tributo colonial, pois o país mais endividado do planeta, os Estados Unidos, não está sujeito às mesmas obrigações.⁴
2. A reprivatização social do Estado. O Estado reduz continuamente os gastos fiscais com serviços públicos em educação, saúde, previdência social, infra-estrutura urbana e de transportes. Privatiza – na maioria dos casos leiloa – os meios de produção sob controle estatal, as empresas estatais voltadas à produção de mercadorias para exportação e à produção de serviços públicos. E procura também, persistentemente, aumentar a dívida externa e interna, recorrendo seja a empréstimos e créditos internacionais, seja à venda de títulos do Estado, de modo a manter em crescimento as somas a serem pagas pelos serviços da dívida, em particular da internacional. E para obter recursos para tais pagamentos, num momento de retração econômica generalizada em toda a região e no mundo, impõe sempre novos impostos à população. Essas medidas do Estado denunciam claramente que os sócios, agentes e serviços dos capitalistas globais conseguiram um controle virtualmente privado do Estado, como o tinha, antes da Segunda Guerra Mundial, a coalizão oligárquica.⁵
3. A recolonização do controle dos meios de produção e do capital em seu conjunto. O controle dos meios de produção e em geral da acumulação de capital se concentrou e ainda tende a se concentrar em mãos das corporações transnacionais ou globais, que reduzem o número de seus trabalhadores, depredam e contaminam a natureza e exportam todos os seus lucros, já que na maioria dos países não pagam impostos aos respectivos Estados, ou só algumas o pagam e assim mesmo muito pouco. Dessa forma, as operações implicam desintegração dos circuitos internos de acumulação e a articulação setorial da estrutura produtiva à cadeia mundial de transferência de valor e de mais-valia. Isso implica, rigorosamente, conversão dos centros produtivos numa espécie de feitorias coloniais. A velha categoria de “enclave colonial” retoma todo o seu sentido perverso. O controle do capital financeiro está em mãos da burguesia global salvo, talvez, em um país. E a especulação financeira, inclusive ilegal, é protegida pelo Estado, como ocorreu sucessivamente no México, Venezuela, Equador, Peru e Argentina.
4. O aumento da resistência popular e a deslegitimação do neoliberalismo. Tais políticas foram impostas a esses países com pouca e às vezes nenhuma resistência e conseguiram atuar, também com pouca resistência, por mais de duas décadas consecutivas. Mas, principalmente desde o final da década passada, ainda que o “caracaso” de 1989 deva ser considerado o ponto de partida dessa tendência, as vítimas de tal política começaram a se mobilizar e a se organizar de muitas maneiras, para protestar contra tais processos e para resistir à sua continuação e ao seu

aprofundamento. Em alguns casos esses protestos e mobilizações produziram autênticas explosões sociais e provocaram a crise e a queda de vários governos, chegando a pesar nas eleições de governos com discursos antineoliberais, como na Venezuela, na Argentina e no Brasil. Ou, como em Cochabamba, na Bolívia, onde conseguiram impedir a imposição do controle da água pela corporação estadunidense com o peso da californiana Bechtel, cujos diretores têm influência no governo dos Estados Unidos da América. Ou, como no Peru, onde bloquearam o leilão dos serviços públicos de uma cidade e um ano depois forçaram o aumento de salários do magistério público, congelado há mais de uma década.

5. O aumento da instabilidade política, mas ainda com o voto como mecanismo de alternância de governos. A estagnação econômica, a revolta social e a instabilidade política da América Latina enquadram-se num período de recessão mundial, de redução do comércio internacional, de retração dos investimentos e, inclusive, parcialmente, da própria especulação financeira. Pareceria, por isso, que se insinuava um horizonte de crises político-sociais mais turbulento e talvez explosivo. Entretanto, foi também pela primeira vez que todos os governos, sem exceção, foram eleitos pelo voto universal. Inclusive, as sucessivas mudanças de governo foram feitas, de alguma maneira, em bases legais e institucionais. Assim, pela primeira vez em escala regional, a contínua instabilidade política e a agitação social crescente não foram de pronto enfrentadas por sangrentos golpes militares e regimes autoritários e repressivos. E as reivindicações e os discursos de revolta social que se seguem ao esgotamento do neoliberalismo, ainda que pudessem implicar um período de disputas abertas pelo controle do poder não parecem anunciar – pelo menos por enquanto, em todo caso – um iminente questionamento do próprio modelo de poder, como ocorreu entre o final da Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 1970 do século XX.
6. Um processo de nova subjetivação social ou constituição de novos sujeitos sociais. De fato, foram se formando novos sujeitos sociais, com reivindicações, discurso e formas de organização e mobilização novos e, em alguns países, já ingressaram na cena política como atores decisivos. Trata-se, em primeiro lugar, do chamado movimento dos indígenas que, ainda que de dimensão continental, atuando do Alaska até a Terra do Fogo, tem, na América Latina, suas mais importantes sedes nacionais no Equador, México e Bolívia, além de sedes locais e regionais importantes em toda a bacia Amazônica. Tal movimento poderia convergir, mais adiante, com um incipiente processo de mobilização e de organização dos que se chamam afro-latino-americanos em vários países, em particular Brasil, Colômbia e Equador. No caso dos indígenas, mesmo que ainda chamados de movimentos “étnicos”, voltam-se para uma redefinição da questão nacional dos atuais Estados e para a autonomia territorial das nacionalidades dominadas. Começaram a mudar a geografia política da América Latina e, no Equador e na Bolívia, já são, de fato, os atores políticos mais importantes. No primeiro desses países os líderes da Confederação Nacional dos Indígenas do Equador (Conaie) chegaram, inclusive, a ocupar a cadeira presidencial – efemeramente, é verdade –, junto com o então coronel Lúcio Gutiérrez, depois eleito presidente do Equador precisamente com o apoio do movimento dos indígenas. E, destacadamente, o processo de reidentificação social e nacional dessas populações leva a reorganização comunal de seus povos, de suas instituições, de suas formas de organização do trabalho e da produção.⁶ O campesinato corresponde a uma parte importante do movimento dos

indígenas latino-americanos. Isso quer dizer que uma parte do campesinato latino-americano associa, hoje, seus problemas de controle da terra para cultivar e habitar com sua situação nacional dentro do Estado. Mas a maioria dos camponeses dessa região não tornou a produzir os grandes movimentos que causaram mudanças profundas na estrutura de posse da terra e na estrutura do poder real, entre 1950 e 1970. No caso brasileiro, entretanto, onde a derrota desses movimentos foi total com o golpe militar de 1964, e onde, por isso mesmo, as mudanças foram tão profunda e amplamente regressivas, com o aumento do latifúndio e da violência dos latifundiários capitalistas, desenvolveu-se o que possivelmente é o maior movimento organizado dos trabalhadores do campo em todo o mundo: o Movimento dos Sem-Terra (MST), que organiza e comanda centenas de milhares de pessoas reunidas em comunidades, cooperativas e acampamentos, invade e ocupa terras e enfrenta a crescente violência armada dos latifundiários. Conseguiu que o governo Fernando Henrique Cardoso assentasse mais de 300 mil famílias e hoje pressiona o governo Lula por uma rápida reforma agrária. O MST não é um movimento interessado somente na redistribuição da terra agrícola, mas orienta-se para a formação de novas formas de organizações de produção e de governo. Nesse sentido, é uma das mais importantes formas do processo da nova subjetivação social por que passa a América Latina.⁷

7. Crescente ocupação militar do território latino-americano pelas forças armadas dos Estados Unidos da América. Sem dúvida, por tudo aquilo que foi dito, surgiu uma nova preocupação para aqueles que têm posição hegemônica no controle do poder na América Latina. Com a cumplicidade ativa ou passiva dos governos latino-americanos, os Estados Unidos da América instalaram, desde o final dos anos 1980 – e hoje em dia mais aceleradamente –, bases militares, sedes e redes de serviços, transportes e equipamento bélicos, que são conhecidas como Locações de Operações Avançadas (FOL) e Locais de Operações Avançadas (FOS), em virtualmente toda a região, sendo que mais concentradamente na área andino-amazônica. Sob o Comando Sul, com sede na Flórida e subsedes em Porto Rico, México e na América Central, não somente se reintensificou o treinamento militar das forças armadas latino-americanas, como está sendo instalada uma ampla rede de bases e de FOL e FOS nas Américas Central e do Sul. Às suas bases já existentes em Porto Rico, em Guantânamo, no Panamá, em Honduras e El Salvador e suas FOL em Costa Rica, Belise, Ilhas Caimã e Aruba-Curaçao, acrescentam-se agora a base de Manta, no Equador, as de Caquetá, Letícia e Putumayo, na Colômbia, os FOL e FOS em Iquitos, no Peru, em Chapare e a “unidade antiterrorista” em Santa Cruz, na Bolívia; e as de Salta, Chubuy, Rio Negro, na Argentina. Neste último país, antes do final do governo De la Rúa, se havia feito um acordo sobre uma sede para pesquisas nucleares para fins científicos na Patagônia;⁸ estão ainda em andamento as negociações sobre a base de Alcântara, no Brasil.⁹ Com o Peru, em março de 2002, negociou-se um acordo pelo qual o Estado peruano outorgava às forças armadas dos Estados Unidos o direito de livre trânsito pelo território peruano, de transporte de toda espécie de equipamentos militares, incluindo aviões, barcos e tanques, sem qualquer ingerência do Estado peruano e protegidos contra qualquer atividade da população local.¹⁰ O famoso Plano Colômbia é, obviamente, um dos nomes de toda essa movimentação militar na América do Sul, um de suas mais notórias manifestações no processo de organização do controle militar da região. Por que e para quê? A luta contra o tráfico de drogas, especialmente da cocaína, cultivada e negociada em todos os países

chamados andinos foi, inicialmente, o argumento mais utilizado. Depois foi apresentada como uma reação contra a expansão da subversão, do Sendero Luminoso no Peru nos anos 1980 e das Faarc e outros grupos na Colômbia.¹¹ E depois do infausto 11 de setembro de 2001, proclamada a guerra infinita contra o terrorismo, o Estado hegemônico do Bloco Imperial carimba com a mesma etiqueta de “terroristas” não só as ditas organizações subversivas (Sendero Luminoso, guerrilhas colombianas das Faarc ou o ELN), mas a qualquer movimento de protesto social, muito especialmente os movimentos indígenas, como o Movimento ao Socialismo (MAS), na Bolívia, e a Confederação Nacional de Indígenas Equatorianos (Conaie), do Equador.

Essa expansão do aparelho militar de controle da América Latina implica, de qualquer maneira, reconhecimento de que a América Latina – a região mais rica do mundo em matérias-primas minerais e vegetais, água e biodiversidade, e onde, portanto, o capital global e seu Estado hegemônico têm definidos interesses de controle e que em futuro próximo poderão chegar a ser ainda mais decisivos do que o controle do petróleo no Oriente Médio – é também agora, política e socialmente, uma das regiões mais convulsionadas. Por isso, só um excesso de ingenuidade poderia admitir que o estabelecimento de instalações militares, o treinamento e o equipamento das forças armadas locais nas Américas Central e do Sul estão destinados apenas a ajudar a esses países a lutar contra o tráfico de drogas e contra o terrorismo. Na verdade, é a integridade territorial, a independência jurisdicional ou soberania e a independência política dos países latino-americanos que estão em jogo.¹²

8. Um horizonte de conflitos de poder. Se não perdermos de vista tudo o que foi dito anteriormente, poderemos admitir um novo sentido à versão latino-americana de um processo mundial. Foi crescendo na região a parte da população mundial que caiu nas armadilhas montadas pelo capitalismo atual. Em primeiro lugar, sem o mercado ninguém pode viver hoje em dia, mas só com o mercado, uma crescente maioria da população não pode viver. Em segundo lugar, sem o Estado ninguém pode viver, mas com o Estado, uma crescente maioria dessa mesma população já não pode viver. A população apanhada nessas armadilhas específicas da fase atual do capitalismo vê-se, por sua vez, forçada a aceitar qualquer forma de exploração para sobreviver, ou a organizar outras formas de trabalho, de distribuição de trabalho e de produtos, que não passam pelo mercado, mesmo que não possam ainda dissociar-se totalmente dele. Por isso, por um lado, se reexpandem a escravidão,¹³ a servidão pessoal, a pequena produção mercantil independente, que é o coração da chamada “economia informal”. Por outra parte – e ao mesmo tempo –, se ampliam formas de reciprocidade, quer dizer, de intercâmbio de força de trabalho e de produtos sem passar pelo mercado, mesmo que com uma relação inevitável, mas ambígua e tangencial com ele, assim como novas formas de autoridade política, de caráter comunal, que operam com e sem o Estado e, cada vez mais, senão sempre, contra ele.¹⁴

Assim, a crescente massa de desempregados, em especial dos setores industriais urbanos e modernizados da região, começou a orientar-se para além das reivindicações de emprego, salários e serviços públicos, organizando-se em redes de produção autogestionária e de autogoverno de tipo comunal. Por exemplo, a recente crise argentina destacou internacionalmente o movimento dos “piqueteros” que agia já há alguns poucos anos perseguido e reprimido pelo Estado. Esse é um movimento de trabalhadores desemprega-

dos, sobretudo urbanos, que não só protesta por sua situação e reivindica emprego e salários, mas que se volta para a organização de núcleos de produção orientados pela reciprocidade, para a ocupação e a gestão coletiva de terras e de fábricas abandonadas. Passou ao primeiro plano com a explosão da crise na segunda metade de 2001 em diante porque convergiu com a entrada das camadas médias profissionais e tecnocráticas na revolta contra o governo e contra o neoliberalismo, com a formação das assembléias de bairro e com a ampliação das trocas em escala nacional.¹⁵ Em países como a Argentina é um fenômeno relativamente novo, mas tem raízes e uma longa história em países como Peru, Equador ou México.¹⁶

Esses processos de nova subjetivação social são produzidos na América Latina, como no resto do mundo, pela aceleração e aprofundamento das tendências centrais do capitalismo, em particular a continuada e crescente polarização social. E, apesar de sua heterogeneidade, como acaba de ocorrer na Argentina com a inesperada convergência das camadas médias urbanas – até pouco tempo conformistas e, inclusive, reacionárias – com os trabalhadores desempregados urbanos e rurais, organizados como “piqueteros”, ou está ocorrendo na Venezuela, com a convergência de trabalhadores urbanos e rurais desempregados e moradores de aldeias e comunidades, poder-se-iam estar abrindo condições para que a massa de desempregados urbanos e rurais, os que lutam pela terra, como o MST, os trabalhadores “informais” de baixíssimos salários e os “indígenas” de todos esses países fossem empurrados a uma luta comum contra o inimigo comum, o capitalismo.

Assim, três décadas de neoliberalismo na América Latina criaram as condições, as necessidades e os sujeitos sociais de um horizonte de conflitos sociais e políticos que poderia não se esgotar unicamente no protesto e na oposição à continuação do neoliberalismo, ou somente na disputa pela distribuição de renda e meios de sobrevivência. Em termos de sobrevivência, a própria América Latina está em perigo. E os novos sujeitos sociais que surgem, não só já estão no cenário do conflito, como têm todas as condições de crescer, precisamente pelas próprias determinações da crise. Tudo isso já implica, ou poderia implicar, que o próprio modelo de poder atual poderia chegar a ser, finalmente, o próprio foco do conflito.

AS PRINCIPAIS VERTENTES DO DEBATE

Diante desse panorama, a América Latina está sendo de novo empurrada, depois de várias décadas, para um debate no qual estão colocados não somente os problemas imediatos, graves como são, da pobreza, desemprego, instabilidade social e política, mas suas opções históricas. São três, a meu ver, as principais vertentes de opinião e de propostas, nesse debate.

A que aparentemente mais se expande é nada menos do que a que foi antes fragorosamente derrotada, o que, sem dúvida, é bastante expressivo das características da crise: a proposta de um capitalismo nacional. Segundo os casos, voltar a ele (Argentina, principalmente), organizá-lo (na Venezuela, por exemplo), ou defender o que dele foi mantido (a exceção do Brasil). Os governos de Chávez na Venezuela, Lula no Brasil, Kirschner na Argentina, com todas as suas diferenças, são, por hora, seus mais ardentes representantes.¹⁷ Na mesma tendência geral poder-se-iam acrescentar a Frente Ampla, no Uruguai, o MAS, na Bolívia, assim como o PRD e, talvez agora, inclusive, o PRI, no México, todos eles com destaque no cenário político de seus respectivos países.

A segunda vertente, que está na defensiva nesse debate e, em alguns países, talvez esteja, inclusive, batendo em retirada – mesmo que na prática não tenha cedido em nada –, defende a plena legitimidade e a necessidade da continuação do neoliberalismo e acusa justamente o descontentamento e a revolta dos trabalhadores e das camadas médias pelas dificuldades econômicas atuais porque, segundo esse raciocínio, de um lado afugentam as inversões e, conseqüentemente o emprego e o desenvolvimento e, por outro lado, geram problemas de governabilidade democrática. Essas forças políticas estão representadas nos governos da Bolívia, do Equador, do México, do Peru, do Uruguai, nos da América Central e, mais ambigüamente, no do Chile. No caso peruano seria um exagero dizer que há debates sobre tais questões, antes de mais nada porque a mídia está toda, sem exceção, sob o controle do neoliberalismo, mas também porque todas as organizações políticas com influência e com audiência de massas defendem, com matizes de importância tangencial, a mesma orientação. É verdade que há dois anos já existe uma intermitente revolta dos setores populares contra o neoliberalismo, mas esses, até agora, se mobilizam contra efeitos pontuais dessa política e, em todo caso, não têm, ou ainda não têm, organização nem direção políticas próprias.

No terceiro nível reaparece – é verdade que até o momento muito minoritariamente – uma vertente que esteve ausente do debate político desde as grandes derrotas dos anos 1970 do século XX. Começou a ganhar relevo a partir do Foro Social Mundial de Porto Alegre, em 2001, e ganhou visibilidade e audiência públicas, sobretudo no decorrer da explosão social do final desse mesmo ano, na Argentina. Pequenos grupos e discursos procedentes do período anterior, que debatiam as tendências do chamado socialismo científico, voltaram a ganhar alguma audiência no debate público. Mas também está se constituindo uma nova corrente, produzida na crise atual, e que provavelmente tende a crescer mais do que a anterior. Mesmo que seu discurso não seja ainda sistemático, nem suas propostas explícitas, dirige-se não só contra a vertente neoliberal do capitalismo mas também contra o poder capitalista como tal. Os coletivos que se formam em diversos países, com diversos nomes e propostas, agrupando especialmente os jovens, principalmente estudantes e intelectuais, mas também trabalhadores, são a expressão das primeiras formas e etapas do debate, da organização e da atuação dessa vertente. Provavelmente, a marca comum a seu heterogêneo universo é a desconfiança da experiência e das propostas do socialismo realmente existente, sua virtual ruptura com a experiência estalinista e o estatismo de tais socialistas. Por isso, começam a ser percebidos por muitos de seus críticos e mesmo por seus próprios atores como uma prolongação de um indeterminado e ainda não discutido anarquismo.

Nas três edições do Foro Social Mundial de Porto Alegre a primeira vertente apareceu como a mais presente, ainda que a última tivesse também uma presença significativa entre a juventude que assistiu ao Foro.¹⁸ Por tudo isso, já se pode notar que o desencanto das camadas médias com o neoliberalismo, de alguns débeis setores burgueses com a estagnação da economia e a revolta dos trabalhadores, em especial dos jovens, já não somente contra o desemprego e a pobreza, mas contra a ordem social e política, colocaram o debate na América Latina no limiar de um novo período.

De qualquer maneira, no debate imediato as vertentes amplamente majoritárias são as que defendem o modelo de poder imperante. Ambas precisam contar, definitivamente, com uma reviravolta muito pronunciada das atuais condições e tendências do capitalismo mundial. Porque, efetivamente, para que o panorama atual da América Latina pudesse ser realmente mudado e melhorado sem alterar o próprio modelo de poder que o produziu, tal reviravolta seria, na verdade, indispensável. Antes de mais nada, uma

massa de inversões realmente bastante considerável, pelo menos nos países maiores e social e politicamente mais perigosos para o poder atual; a geração maciça de empregos; a distribuição também maciça de renda, suficientes para comprar produtos e serviços no mercado; ou a organização da produção e administração estatal dos serviços básicos.

Essas são, precisamente, as promessas dos controladores do capitalismo, não alteradas, apesar da magnitude e da profundidade da crise da economia latino-americana. Mesmo assim, os que propugnam um novo capitalismo nacional, seguramente esperam condições equivalentes. Mas, além disso, pensam que contam com a existência de forças sociais e políticas locais com a capacidade e a possibilidade de impor, de novo, como em curtos períodos do passado, a direção do Estado local sobre o capitalismo e sobre a sociedade. De fato, nos casos mais importantes – Argentina, Brasil, México e Venezuela – os agentes políticos, apesar de todas as suas diferenças, apostam, sem dúvida no retorno de um capitalismo dotado de todos os recursos de desenvolvimento e, conseqüentemente, capaz de permitir a amortização e a negociação institucionalizada do conflito social, sob o controle do Estado, de modo que se possa combinar eficazmente a primazia dos interesses e agentes nacionais, sem prejuízo de seu lugar na estrutura globalizada do capitalismo. Essas expectativas de combinar, com êxito, o desenvolvimento capitalista nacional com a “globalização” são, sem dúvida, as que dão sentido à reunião de Lula, Kirchner e Lagos com nada menos que Blair & Cia., reinventores de uma “terceira via” *ad usum dei fini* do neoliberalismo tatcherista.

As condições e as tendências predominantes do modelo capitalista de poder mundial de um lado e, de outro, suas expressões específicas e particulares, hoje, em nossa região, dificilmente permitiriam prever semelhante reviravolta. Entretanto, é necessário procurar nas bases sociais e políticas realmente existentes de tal imaginário, seja a terceira via do desenvolvimento capitalista nacional, seja a governabilidade sem muitos sobressaltos do mesmo capitalismo atual, numa América Latina que emerge de um período bastante prolongado de neoliberalização.

A SOCIEDADE NEOLIBERALIZADA NA AMÉRICA LATINA

Não podemos aqui ir muito longe nem muito a fundo nessa questão. Para o que interessa ou importa aqui, é melhor restringi-la a umas poucas questões centrais referentes ao controle do capitalismo, às relações entre capital e trabalho e às relações desses setores de interesse social no Estado.

BURGUESIA E CONTROLE DO CAPITAL

De saída, há consenso no debate sobre uma reprimarização e terceirização da estrutura produtiva da América Latina, com a parcial exceção do Brasil, como resultado do processo iniciado desde o fim dos anos 1970. Isso implica, em primeiro lugar, que nesses países são, na realidade, extremamente débeis ou inexistentes, de um lado a burguesia industrial e de outro a antes chamada “classe operária industrial”. E que as camadas médias, tecnocráticas e profissionais, que se constituíram em associação com a urbanização e a industrialização da sociedade, perderam espaço social e tendem a reduzir-se, desintegrar-se ou migrar para outros espaços sociais e, conseqüentemente, mudar seu caráter e seus papéis sociais.

Como é sabido, a produção industrial latino-americana, já no início dos anos 1980 do século XX, estava concentrada principalmente em três países: Brasil, México e

Argentina, e nesta ordem de importância representavam 77,9% do total latino-americano. Enquanto os dois primeiros haviam dobrado sua produção industrial na década anterior, na Argentina essa produção se reduzia rapidamente, até ser virtualmente desmantelada na década seguinte. Enquanto isso, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela perfaziam, juntos, 16% do total regional.¹⁹ A forte queda dessa produção a partir do começo dos anos 1980 acelerou, nesses últimos países, a desindustrialização e reforçou a reprimarização e a terceirização de todos os países, outra vez com a exceção do Brasil.

Por que essa reconversão da estrutura produtiva regional? O processo de reorganização do capitalismo mundial, sob o controle dos países do centro, durante a crise mundial iniciada em meados dos anos 1970 do século XX, implicou um processo massivo e mundial de desemprego, de flexibilização e precarização do emprego assalariado; em consequência disso, os mercados internos dos países com uma industrialização em curso e ainda não consolidada, como os da América Latina, entraram em colapso. Isso levou as burguesias latino-americanas a tomar exatamente o caminho oposto àquele que iniciaram durante a crise dos anos 1930 e que percorreram desde o final da Segunda Guerra Mundial até a crise dos anos 1970: a produção para o mercado interno foi abandonada a favor de uma política de produção para exportação. E nessa nova direção, por razões óbvias, não era a indústria a que poderia crescer, mas a produção chamada primária e os serviços. Paralelamente, ocorreu a importação de produtos industriais para uso e consumo da burguesia, de suas camadas médias associadas, a “informalização” da indústria destinada aos pobres, e também para esse mesmo mercado, e a posterior inundação de mercadorias industriais de baixo preço e de baixa qualidade de Coreia do Sul, Taiwan e outros países da Ásia.

Entre 1970 e 1980, o chamado setor externo passou de 20% a 50% na composição do PIB regional. Em treze dos países da região pulou para 70% e somente nos seis mais pobres manteve-se abaixo dos 50%. Mas não somente os países onde diminuiu o mercado interno optaram por privilegiar o setor externo de sua economia contra o mercado interno. Se se toma o caso venezuelano, com um mercado interno ainda muito forte, graças ao petróleo, constata-se que o setor externo havia chegado a 108%. Logo, a exportação de petróleo permitia também a redução acelerada da produção industrial local para o mercado interno.

Esse processo de reconversão da estrutura produtiva da América Latina levou, como é óbvio, à mudança de seu lugar na cadeia mundial de produção e de transferência de valor e mais-valia, assim como à mudança do lugar e do papel das burguesias da região em relação às do “centro”. A precária e relativa autonomia que estava se constituindo, à base da produção industrial, do processo de articulação de circuitos regionais ou locais de acumulação e de transferência de valor e de lucro, fundado, principalmente, no mercado interno, terminou abruptamente e recuou diante da mais completa subordinação às burguesias “centrais”.

Dentre os grupos burgueses latino-americanos, fora o Brasil, só puderam sustentar-se e enriquecer aqueles que conseguiram associar-se à produção primárias para exportação, à importação de mercadorias industriais, ao capital financeiro e aos serviços. Como na produção primária o controle dos recursos decisivos já estava sob o controle da burguesia internacional, assim como o capital financeiro e os serviços a ela associados, a burguesia local sobrevivente emergiu, a rigor, não somente mais subordinada do que nunca, mas socialmente transformada numa nova versão de burguesia compradora, empurrada para a especulação comercial e financeira e, desse modo, diretamente subordinada à burguesia financeira globalizada desde o início dos anos 1970 do século XX.

Paralelamente, o controle do capital em cada um dos setores produtivos – primários, secundários e terciários – deslocou-se amplamente para a burguesia internacional ou global. Esta, agora, é dona principalmente do controle do capital financeiro, do que opera nos serviços básicos e do que opera na produção primária, salvo no petróleo da Venezuela, de onde acaba de ser desalojada, e no cobre do Chile. O controle do capital na América Latina é predominantemente internacional ou global. As burguesias locais não são somente subordinadas nas transações financeiras e comerciais, mas, principalmente, têm um lugar secundário no controle do capital na região.

Desse modo, esgotada a crise do Estado oligárquico, o incipiente processo de hegemonia dos setores industrial-urbanos dentro da burguesia e no Estado, não só não pôde ser consolidado como, no final dos anos 1980, deu lugar à hegemonia dos setores “compradores”, especuladores e de serviço e o controle do capital foi cedido à burguesia internacional ou global. Dada essa situação estrutural dos grupos dominantes, a velha distância entre identidade nacional e interesse social, traço central das relações de colonialismo e dependência, terminou em autêntico divórcio.

□ MUNDO DOS TRABALHADORES

Os efeitos desses processos sobre os trabalhadores foram terríveis. Lançados, em sua imensa maioria, no desemprego, na precarização e na flexibilização das condições de emprego, a redução ou o desmantelamento da produção industrial produziu a dispersão e a fragmentação social dos trabalhadores, o debilitamento de suas instituições sindicais e a crise de sua identidade social. Sobre essa base impôs-se o desmantelamento das leis, instituições e mecanismos administrativos que permitiam aos trabalhadores negociar as condições, as modalidades e os limites da exploração. As conquistas sociais mínimas, como a jornada de 8 horas de trabalho, foram virtualmente anuladas em muitos países, ou foram seriamente abaladas em todos os demais. Em todos, foram empurrados e encurralados numa situação de pobreza crescente. A taxa de desemprego (cerca de 10% dos trabalhadores urbanos) e a proporção dos pobres são as mais altas da história da América Latina (mais da metade vive com menos de um dólar diário e mais de 20% com menos de meio dólar). Os salários não pararam de baixar em termos relativos e as distâncias salariais entre os níveis mais altos e os mais baixos são em média de 70 para 1, e ainda maior em alguns países.²⁰ Enfim, os trabalhadores latino-americanos, em sua grande maioria, estão submetidos a um sistema de superexploração.

Não é surpreendente, nessas condições, que se expanda o trabalho forçado e o tráfico de escravos, sobretudo de adolescentes e jovens, que são levados a trabalhar na selva amazônica; que cresça a servidão pessoal, sobretudo entre as mulheres que migram entre os países da região (por exemplo entre Peru e Chile, antes a Argentina) ou entre a América Latina e Itália ou Espanha; que haja centenas de milhares de crianças trabalhando em trabalhos pesados, com salários extremamente baixos ou em condições de escravidão.

A violência desses processos produziu problemas extremamente graves na vida social dos trabalhadores e de suas famílias. As tensões psico-sociais, a depressão, a neurose de angústia, a violência intrafamiliar, a desintegração das famílias, o trabalho e a mendicância infantil estão documentados em vários países e o impacto desses problemas é muitas vezes mais profundo nas populações discriminadas por critérios de “raça” ou de “etnia”, como no Brasil e nos países chamados andinos.²¹

Enfim, o que importa hoje para nossos propósitos de questionamento da estrutura da sociedade latino-americana é assinalar que as relações entre capitalismo e trabalho são

agora, não só na América Latina, muito mais complexas do que há pouco; que o mundo do trabalho é muito mais heterogêneo e, além disso, disperso e fragmentado. A crise de identidade social a que tudo isso leva empurrou a muitos para um processo de reidentificação, em termos não vinculados à relação entre capital e trabalho, mas em outros muito diferentes, entre os quais os critérios de “pobreza”, “etnia”, de profissões, de atividades “informais” e de comunidades primárias são, provavelmente, os mais freqüentes.²²

Pode-se identificar a burguesia “compradora” e especuladora, adversária do mercado interno, associada e subordinada aos interesses da burguesia central ou global, como hegemônica social e politicamente entre os dominantes locais. Mas é difícil identificar um setor de trabalhadores como o hegemônico, no heterogêneo, disperso, fragmentado e mutante universo dos trabalhadores. A crescente maioria deles se caracteriza pela atividade “informal” e pela multi-inserção no mundo do emprego, isto é, insere-se de maneira precária e muito diversa em diferentes atividades. E só uma minoria muito reduzida está agrupada em instituições sociais do tipo sindical ou político, diferentemente de há três ou mesmo de duas décadas passadas.

A SEQÜÊNCIA NEOLIBERALIZADORA

Com esses processos e nessas condições levou-se a cabo, como é possível perceber agora, a continuação do processo neoliberalizador do capitalismo, imposto pelas burguesias “centrais” e seus respectivos Estados e instituições, em toda a região, dos anos 1970 do século passado até os dias de hoje:

1. A imposição do negócio da dívida externa, que começa com a reciclagem dos petrodólares e a globalização do capital financeiro.
2. A reprimarização e a terceirização da estrutura produtiva, incluindo o domínio do capital financeiro.
3. O estancamento produtivo, o desemprego e a fragmentação das organizações sociais dos trabalhadores.
4. A inflação elevada à hiperinflação nos principais países da América do Sul, antes de mais nada para deslegitimar os setores sociais e políticos que resistem a entregar ao capital global e ao imperialismo global o controle do capital e do Estado. Lembremo-nos dos casos paralelos de Argentina, Brasil e Peru, principalmente.
5. O reajuste estrutural para cortar a hiperinflação e pagar os serviços da dívida externa e reprivatizar e globalizar o controle do capital financeiro, produtivo e da produção e distribuição dos serviços públicos.
6. A “reforma do Estado”, na realidade a eliminação de toda representação política e tecnocrática das camadas médias reformistas e dos trabalhadores, para abrir caminho à reprivatização do Estado.
7. Devido a esses mecanismos, a absorção transnacional de valor e de mais-valia chegou a ser virtualmente total na maior parte da região.

A EXCEPCIONALIDADE BRASILEIRA

Ainda que também dentro da mesma tendência, o Brasil constitui, nesse plano, uma notável exceção. Foi o único país que manteve uma importante estrutura de produção industrial, enquanto todos os demais foram arrastados a uma desindustrialização.

Além disso, é o único país que tem uma indústria pesada e, desse modo, pode produzir e incorporar tecnologia avançada, enquanto esse tipo de indústria foi desmantelado em todos os demais países. E mesmo que a presença de empresas internacionais seja muito importante, e em alguns setores, como o da indústria automobilística, decisiva, a maioria das empresas industriais é de propriedade de brasileiros. É o único país onde o capital financeiro de propriedade de brasileiros ocupa uma posição internamente dominante, enquanto em todos os outros países o capital financeiro é, principalmente – e exclusivamente em muitos casos, como o do Peru –, internacional. É isso que explica a existência de uma forte burguesia brasileira, com interesses locais suficientemente importantes para que sua associação com seus sócios internacionais não caminhe para a subordinação com a mesma rapidez e facilidade que nos outros países e, claramente, para que seu peso no Estado leve a que este negocie, em posição de força, as condições dessa associação, como no caso da Alca e que, inclusive, possa apoiar a um Lula até o limite em que seus interesses sociais maiores não estejam em risco. Por outro lado, entretanto, isso também explica a extensão e a força social, institucional e política do movimento operário brasileiro. Lula é uma demonstração disso. E, por último, o fato de que, apesar de suas crescentes dificuldades, as camadas médias profissionais e tecnocráticas desse país não sejam reduzidas e nem estejam em risco iminente de desintegração, como em quase todos os demais.

Entretanto, de outro modo muito diferente, o Brasil é também excepcional em relação aos outros países latino-americanos. Em primeiro lugar, é o último e hoje o único país latino-americano onde *l'ancien regime* conseguiu manter-se – claro que se modernizando em termos de tecnologia e de seus hábitos de consumo. A fauna latifundiária brasileira não só é a que mais terra concentra sob seu controle, em toda a região, como continua usando com os trabalhadores os mesmos exatos procedimentos do antigo senhorio latifundiário latino-americano, que acabou, em todo o resto da região, no final dos anos 1960 do século passado: abusa, maltrata, tortura, mata seus trabalhadores. Essas práticas servem agora para a exploração capitalista do trabalhador, em suas múltiplas formas associadas da atualidade, as do capital, as da escravidão, as da servidão. Por isso, tal fauna pôde se sustentar e ser o principal esteio da barreira social e política oposta à democratização social e política do país, em especial no que diz respeito à classificação social “racial” da população e da brutal concentração de renda e de riqueza. E conseguiu manter seu lugar em toda e qualquer coalizão social e política de controle do Estado. Basta recordar que foi nada menos que o presidente Cardoso quem aceitou e manteve em sua coalizão política os mais poderosos e reacionários grupos da dita fauna. E, politicamente, pagou por isso. Em segundo lugar, o Brasil é hoje o país socialmente mais polarizado, não só da América Latina como de todo o mundo.

Por tudo isso, essa excepcionalidade levou a que a expansão e o fortalecimento do capitalismo no Brasil, especialmente durante a prolongada ditadura militar, tenham sido levados a cabo às custas da mais brutal concentração do controle das riquezas e das rendas em mãos de uma reduzida minoria, contra a esmagadora maioria da população. A derrota dos movimentos pela democratização do poder, com o golpe militar de 1964, permitiu impor uma continuada escalada de polarização social. Primeiro, por meio da reconcentração da propriedade agrária em mãos do mais feroz senhorio rural capitalista de toda a região. E, paralelamente, por uma crescente reconcentração de renda. Assim, se em 1960 o 1% mais rico da população concentrava 11,9% da renda nacional, em 1970 já controlava 14,7% e em 1980, 16,9%. Mas se se tomam os 5% mais ricos, em 1960 concentravam 26,8% da renda nacional, enquanto em 1970 já haviam chegado ao controle de 34,1% e em 1980 a 37,9% da dita renda. Por outro lado, os 50% mais pobres,

em 1960 recebiam ainda 17,4%, que em 1970 baixaram para 14,9% e em 1980 para somente 12,6%.²³ Desde então essa escalada não parou e atualmente os 10% mais ricos da população brasileira controlam 70 vezes mais da renda nacional do que os 10% mais pobres.²⁴ Nesse sentido, o processo de reprivatização social do Estado começou, na América Latina, com o golpe militar de 1964, no Brasil.

Essas constatações são extremamente importantes, ou, se se quer, decisivas, em relação a um assunto crucial. De todas as burguesias latino-americanas, a brasileira é a única que tem, aparentemente, os atributos de uma burguesia nacional, porque seus interesses estão assentados e ramificados na economia desse país. Poder-se-ia dizer também, nesse mesmo sentido, que o Estado brasileiro, que protegeu esse desenvolvimento – inclusive o conduziu, em determinados momentos, desde Kubitschek até o final da ditadura militar – também tem, em aparência, os atributos de um Estado nacional.

Entretanto, a continuada e crescente escalada de concentração do controle dos recursos – da terra em primeiro lugar – e da distribuição de renda, até chegar à mais brutal polarização social do continente, produzem uma situação evidente e definitiva: apesar de ser a mais rica das burguesias da região, apesar do crescimento rápido da renda nacional, apesar de ser a brasileira a nona economia do mundo, essa burguesia e esse Estado só são “nacionais” enquanto sejam o menos democráticos possível; especificamente, só e enquanto sejam o mais colonialistas possível, uma vez que se baseiam no domínio colonial de uma esmagadora maioria da população “negra”; o colonialismo do poder é a cara real da “nacionalidade” da burguesia e do Estado do Brasil.²⁵

A QUESTÃO DO ESTADO

Como se pode deduzir de todo o anterior, os processos que levaram a América Latina à situação atual foram, na verdade, muito profundos. Produziram uma genuína reconfiguração da existência social, das relações sociais básicas, dos interesses sociais, de seus agentes, de suas instituições, tanto na dimensão material quanto na intersubjetiva. Nessa perspectiva, têm todo o caráter de uma contra-revolução.

São a expressão, em nossa região, dos processos de aceleração e aprofundamento global das tendências centrais do modelo de poder dominante, em consequência da derrota mundial dos regimes, organizações e movimentos sociais e políticos que questionavam ou se contrapunham à hegemonia dos grupos capitalistas imperialistas “centrais” e de seus Estados. Tais processos são: a) a radical reconcentração mundial do controle sobre o trabalho, seus recursos, e seus produtos, em benefício dos grupos capitalistas “centrais”, uma parte cada vez mais minoritária da espécie; b) a polarização acelerada da população mundial entre essa minoria e uma crescente maioria que não tem acesso ao que o trabalho mundial produz e, numa proporção cada vez maior, inclusive, acesso aos meios de sobrevivência; c) para impor o desenvolvimento de tais tendências, a re-concentração mundial do controle da autoridade, neste caso do Estado, o que nos países da América Latina implica numa forma de re-privatização do Estado.²⁶

O agente central desse processo de neoliberalização da economia latino-americana e da reconfiguração da estrutura do poder, dos interesses sociais, de seus agentes, de seus agrupamentos e instituições foi o Estado. E isso indica que os grupos de interesse social associados a esses processos e dele beneficiários obtiveram a força política necessárias para chegar ao controle do Estado e as condições adequadas para impor suas políticas.

É inevitável perguntar agora, em meio à crise latino-americana e ao debate e confrontação social e política que observamos, e à vista dos interesses sociais e dos agentes da estrutura de poder produzidos pelo neoliberalismo, quais serão ou poderão vir a ser as opções em condições e com força suficiente para conquistar o controle efetivo do Estado e levar adiante tais ou quais propostas?

É certo que já em vários países, e dos mais importantes, o descrédito do neoliberalismo levou ao governo dos partidários do capitalismo nacional. Significará isso que pelo menos nesses países passarão a existir as condições para o desenvolvimento capitalista sob o controle de uma burguesia e de um Estado nacionais? Dificilmente. Não existe, salvo parcialmente no Brasil, uma burguesia local com alguma força própria. Mas já acabamos de ver o fundamento dessa força e de seu conflito insanável com todo e qualquer desenvolvimento capitalista continuado. E mesmo que determinados governos pudessem ser considerados nacionalistas, isso não qualifica necessariamente os respectivos Estados como nacionais, como é o caso da Venezuela e da Argentina.

É verdade também que além dos discursos, não existem ainda ações concretas que possam conduzir, proximamente, às metas prometidas. Por outro lado, é verdade que, onde o discurso começou a aperfeiçoar-se e parecia que as ações iam começar – como na Venezuela de Chávez –, os grupos de interesse social, associados ao neoliberalismo e ao imperialismo, não demoraram em se organizar e passar à ofensiva contra o regime chavista, com o apoio ostensivo dos Estados Unidos da América e dos governos latino-americanos que são seus aliados, colocando-se claramente no caminho da contra-revolução.²⁷ Essa é, em todo o caso, uma indicação de que se no Brasil ou na Argentina comessem ações concretas e importantes na direção do capitalismo nacional, os grupos sociais com interesses contrários não tardariam a organizar a resistência, se é que já não a estão preparando.

As condições e as características de um capitalismo nacional não imperialista e, no entanto, capaz de desenvolver-se não são desconhecidas. Ainda que por períodos descontínuos e, portanto, sem as condições de um desenvolvimento continuado, essa experiência não é estranha, inclusive, à América Latina. Mesmo que não seja esse o objeto dessa discussão, estão em jogo, entre outras, as seguintes condições básicas: Primeiro, o controle nacional dos meios de produção e dos produtos, isto é, a propriedade nacional dos meios de produção decisivos (ou estratégicos, como se costuma dizer) e na atualidade isso implica, antes de mais nada, no capital financeiro. Segundo, uma estrutura produtiva capaz de atender as demandas do mercado interno, em primeiro lugar, e, complementarmente, também do externo e de defender sua independência sem prejuízo de sua inserção e de sua associação mundial. Terceiro, a expansão e o controle do mercado interno. Quarto, o controle das transações internacionais do país.

Todas essas condições se organizam em torno de um fator central: a distribuição relativamente democrática do acesso aos meios de produção, do acesso à renda, para usar e consumir o que a sociedade produz, o fornecimento democrático de serviços públicos, a relativamente democrática distribuição do acesso às instâncias de geração e de gestão da autoridade pública, isto é, ao Estado. Tudo isso implica na soberania universal dos habitantes do país. Em outras palavras, trata-se de uma sociedade razoavelmente democrática, que se expressa democraticamente no Estado. O moderno Estado-nação capitalista é a expressão de uma sociedade capitalista onde a democracia possível deste modelo de poder pôde ser conquistada.²⁸ Dito de outro modo, a condição histórica do desenvolvimento capitalista nacional, nos períodos em que isso chegou a ser possível, foi

e é a democracia básica da sociedade e sua expressão política no Estado. E essa é, precisamente, uma condição ausente hoje da América Latina.

A experiência do capitalismo nacional não é de todo alheia à história latino-americana, mas, por um lado, foi sempre de curto alcance e de curta duração. Por sua vez, isso só ocorreu exatamente quando algumas frações da burguesia tiveram que aliar-se – ou admitiram fazê-lo – às camadas médias modernizantes e ganharam o respaldo dos trabalhadores explorados, seja para destruir o Estado oligárquico, como no caso mexicano, seja para impor a modernização básica de suas organizações, como no caso da Argentina, do Uruguai, do Chile e da Colômbia.²⁹ Mas em nenhum dos casos a democratização da sociedade e a nacionalização do Estado puderam ser consolidados de modo a garantir a continuidade do desenvolvimento capitalista nacional. Por essas razões, o desenvolvimento capitalista possível só o foi como neoliberalização e, portanto, contra a crescente maioria da população.

O Estado, em todos os países, agiu nesses últimos trinta anos, em maior ou menor medida, contra a maioria da população. Isto é, não só como articulação política da dominação de uma minoria sobre a maioria, como em toda parte, mas como avalista e administrador da continuada e crescente exclusão social da maioria. A não ser que alguém tivesse a desfaçatez de afirmar que nos últimos dez anos, em especial na Argentina, no Brasil, no Peru, no Equador, na Bolívia ou no México, o Estado trabalhou em benefício dessa população. Tal Estado não chegou a ser totalmente um Estado do capital, quer dizer, que articulasse a dominação do capital sobre o trabalho, mas sem deixar de manter uma margem de negociação das condições dessa dominação. Agora trata-se do Estado dos capitalistas contra os trabalhadores. E tais capitalistas são principalmente internacionais e controlam o capitalismo mundial, sendo que hoje, especialmente, o capital financeiro. Dito de outro modo, temos sido vítimas de um processo de reprivatização do Estado.

A determinação histórica central nessas relações entre capitalismo e Estado, na América Latina, consiste no colonialismo básico do modelo de poder mundial imperante, originado precisamente, com a própria América.³⁰

Com todas as necessárias precauções, não parecem ser muito notáveis as condições que permitiriam estabelecer ou restabelecer um capitalismo nacional, muito menos democrático. A mudança histórica necessária para consegui-lo seria tão profunda que implicaria, na realidade, uma revolução. Tampouco parecem ser visíveis, a curto prazo, as condições e as forças sociais e políticas que possam levar a cabo um processo com esse caráter e com essa orientação. De um lado, uma revolução social para impor um capitalismo nacional, democrático, choca-se, em primeiro lugar, com a própria burguesia, local e internacional. Por outra parte, as únicas forças sociais e políticas que estão se constituindo – se desenvolvem e se tornam efetivamente fortes para disputar o controle do poder nessa sociedade – provavelmente se orientariam mais para a produção democrática de uma sociedade democrática. Nesse caso, o modelo de poder capitalista estaria em questão, incluído, evidentemente, seu Estado.

Se observamos com cuidado o que ocorre com a maioria crescente da população latino-americana e, provavelmente, mundial, assim como não pode viver sem o mercado e nem pode viver com o mercado, ela não pode tampouco viver sem o Estado e nem pode viver com o Estado. O acelerado aprofundamento das duas tendências centrais desse modelo de poder originou, para suas vítimas, aquela dupla armadilha, que não vai parar de se desenvolver daqui em diante. Para as vítimas que são empurradas para o pólo de

miséria do capitalismo – e por isso mesmo – toda conquista ou reconquista do acesso aos bens e serviços que o trabalho produz só poderá realizar-se, daqui em diante, como democratização radical da existência social. Tenderá por isso, dentro de não muito tempo, a realizar-se sem o Estado ou contra ele.

Novas formas de autoridade estão, por todas as partes, em pleno curso de constituição, de maneira molecular, se se quer. Elas tendem a ser de caráter e de orientação comunal. Suas muitas formas de conflito e de combinação com o Estado já estão presentes. Assim aconteceu nas experiências de Villa El Salvador³¹ ou de Huaycán, no Peru, das comunidades que reorganizam o movimento dos indígenas no Equador e na Bolívia, ou que se vão ampliando no MST no Brasil. E assim explodiu, diante dos olhares do mundo, a crise argentina. Fora dessas tendências, a heterogeneidade histórico-estrutural da sociedade contemporânea, dentro e fora da América Latina, não poderá se expressar democraticamente numa sociedade democrática. E sem uma sociedade democrática desse tipo a polarização social que o capitalismo atual produz, incessantemente e sem retrocesso possíveis, arrastando nossa espécie para uma catástrofe demográfica e social sem precedentes – e que já está em curso na África, na Ásia e na América Latina – não poderá ser controlada.

NOTAS

- ¹ A 11 de setembro cumprir-se-ão trinta anos do golpe de Pinochet no Chile, que deu início ao processo de neoliberalização do capitalismo na América Latina.
- ² Sobre o desemprego, o *Informe da Cepal*, 2002. Sobre a pobreza, o *Informe sobre desenvolvimento humano do PNUD*, 2002, que acabou de ser difundido em Dublin, Irlanda, a 8 de julho passado.
- ³ *Ibidem*.
- ⁴ Segundo o *Informe da Cepal* para o ano 2002, o desemprego chegou ao mais alto nível de toda a história econômica da região, 9,1%. E os pagamentos dos juros da dívida externa, US\$ 39 bilhões, 2,4% do PIB regional, superaram, pelo quinto ano consecutivo, as cifras dos créditos obtidos pela a região.
- ⁵ Sobre o Peru, ver Anibal Quijano, “O fujimorismo do governo Toledo”, em Clacso, *Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires, junho, 2002, pp. 71-83. Reproduzido em *PUC-Viva*, PUC, São Paulo, 2002.
- ⁶ Uma breve mas útil história da trajetória do movimento indígena equatoriano encontra-se em Luís Macas, “A diez años del levantamiento del Inti Raymi en Equador”, em *América Latina en Movimiento*, nº 315, Quito, junho de 2002, pp. 12-16. Luís Macas foi o mais importante líder da fundação da Conaie; fundou depois a Universidade Indígena Intercultural e foi nomeado ministro de Assuntos Camponeses no governo Gutiérrez. Sobre os acontecimentos que levaram ao efêmero acesso dos indígenas e do então coronel Gutiérrez à cadeia presidencial do Equador, causando a queda do presidente Mahuad e sua substituição pelo vice-presidente Gustavo Noboa, ver Felipe Burbano de Lara, “Ecuador, cuando los equilibrios crujen.”, em *Anuario Social y Político de América Latina y el Caribe*, São José/Caracas, Flacso-Nueva Sociedad, nº 3, 2000, pp. 65-79.
- ⁷ Um interessante debate e uma informação sistematizada sobre o MST está em Boaventura de Souza Santos (org.), *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002), pp. 81-114 e 189-283.
- ⁸ De fato, a Patagônia parece ter se convertido num sério problema de soberania para a Argentina. Em março de 2002, uma enquete dirigida por Jorge Giacobe perguntou aos moradores da Patagônia argentina se estariam de acordo em entregar a Patagônia em troca do cancelamento da dívida externa do país. Essa enquete foi usada pelo economista Rudiger Dornbusch, então professor do MIT e recentemente falecido, para sua proposta de entregar a Argentina à administração de um comitê internacional. O *Liberation*, de Paris, publicou, a 5 de março de 2003, a principal lista dos novos donos e de compradores estrangeiros de extensas áreas da região. Ver Fabiana Arancibia, “Patagonia, la codiciada”, em *América Latina en Movimiento*, nº 366, Quito, Alai, 18-3-2003, pp. 3-5.
- ⁹ O Comando Sul das forças armadas dos Estados Unidos cobre 32 países, 19 nas Américas Central e do Sul e 12 no Caribe. Veja-se mapa em <http://www.southcom.mil/pa/idxfacts.htm>. Informação de Gian Carlo Delgado Ramos, “Geopolítica imperial y recursos naturales”, em *Memoria*, nº 171, México, maio de 2003, pp. 35-39. Também em Maria Luiza Mendonça, “La ofensiva militar de EE.UU”, em *América Latina en Movimiento*, nº 371, Quito, Alai, 1º-7-2003, pp. 18-19.

- ¹⁰ Vejam-se meus textos “A América Latina sobreviverá?”, em *São Paulo em Perspectiva*, 7 (2), São Paulo, Seade, 1993, pp. 60-67; “El fujimorismo del gobierno Toledo”, em *Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires, junho de 2002, pp. 71-83.
- ¹¹ Curiosamente, entretanto, no caso do Peru, sob o governo Fujimori, a partir de 1990, um experiente agente da CIA, o ex-capitão Vladimiro Montesinos desempenhou – agora comprovadamente o que sempre foi sabido – um papel central no curso autoritário e corrupto do regime, assim como na organização e no controle do tráfico de drogas e de armas na bacia amazônica.
- ¹² Deve-se lembrar, a esse respeito, que a primeira grande reação antiimperialista da América Latina, na segunda metade do século XIX, surgiu precisamente diante da conquista da metade Norte do México. A expansão territorial dos Estados Unidos da América parecia então uma ameaça à soberania da região. E se acentuou com a conquista de Cuba, Porto Rico, Filipinas e Guam, depois da derrota do moribundo império colonial espanhol, em 1898. Agora estamos numa situação dramatizada pela ocupação colonial do Iraque e das ameaças contra os demais países do Oriente Médio, realizadas sob o pretexto da luta contra o terrorismo e com deliberada e comprovada falsificação dos fatos em relação ao Iraque. É inevitável, em consequência disso, a preocupação latino-americana por sua independência territorial e política, quando os Estados Unidos declaram “terroristas” a todos os movimentos de protesto social e político da região, incluindo aos movimentos indígenas e, ao mesmo tempo, acelera e expande a instalação de suas bases militares em todo território latino-americano.
- ¹³ Lula decretou, faz pouco, a proibição e a repressão ao trabalho escravo no Brasil, especialmente na Amazônia. Louvado seja. O problema é saber como fará para que seus propósitos sejam efetivamente cumpridos.
- ¹⁴ Ver Aníbal Quijano *La economía popular en América Latina* (Lima: Ceis/Mosca Azul, 1998).
- ¹⁵ Sobre as lutas populares da última década do século XX na Argentina, Javier Auyero: “Global Riots”, em *International Sociology*, 16 (1), março de 2001, pp. 33-55. Sobre o conjunto latino-americano, Margarita López-Maya (org.), *Lucha popular, democracia, neoliberalismo. Protesta popular en América Latina en los años del ajuste* (Caracas: Nueva Sociedad, 1998). No *Observatorio Social de América Latina*, da Clacso, publica-se informação sistemática sobre os protestos sociais de cada país latino-americano, desde 2000.
- ¹⁶ Ver Aníbal Quijano, *La economía popular en América Latina*, cit.
- ¹⁷ O discurso do presidente Kirchner ante a Assembléia Legislativa (em 25 de março de 2003) de seu país poderia ser considerado como a mais explícita e coerente apresentação da proposta de restabelecer o capitalismo nacional: “Em nosso projeto, colocamos em lugar central a idéia de reconstruir um capitalismo nacional que gere as alternativas que permitam reinstalar a mobilidade social ascendente.” Mais adiante acrescentou: “Como se compreenderá, o Estado ganha com isso um papel primordial, pois a ausência ou a presença do Estado constitui toda uma atitude política.” E “sabemos que o mercado organiza economicamente, mas não articula socialmente, devemos fazer com que o Estado estabeleça a igualdade ali onde o mercado exclui e abandona”. Texto completo do discurso em <http://www.argenpress.info>, de 27 de maio de 2003. Durante os primeiros cinquenta dias de seu governo Kirchner deu importantes passos em direção à reinstitucionalização do Estado, no trato com os capitais especulativos de curto prazo, na luta contra a impunidade na área dos direitos humanos e da corrupção dos funcionários públicos. Todos esses passos se dirigem, antes de mais nada, para a reorganização da hegemonia burguesa na sociedade, em crise desde as explosões do final de 2001. Mas ainda não indicam como seria reconstituído um capitalismo nacional, desmantelado por mais de trinta anos, nos marcos de um capitalismo mundial cujo controle econômico e político alcançou sua maior concentração mundial em quinhentos anos. É ilustrativo comparar os discursos de Chávez e sua Constituição Bolivariana, os de Lula (por exemplo, o artigo que acaba de publicar em Londres, traduzido para *El Mundo*, em Madri e no Peru 20 e 21-7-2003) e os de Kirchner.
- ¹⁸ Ver de Aníbal Quijano, “El nuevo imaginario anticapitalista”, originalmente publicado em *América Latina en Movimiento*, nº 351, Quito, abril de 2002, pp. 14-22. Reproduzido em outras publicações da América Latina.
- ¹⁹ Ver Edgardo Lipschitz, “América Latina en la economía mundial”, em *Economía de América Latina*, nº 5, México, 1980, pp. 15-33. De Héctor Islas, “México y Brasil, la convergencia de problemas”, em *Comercio Exterior*, vol. 33, nº 5, México, maio de 1983, pp. 405-408.
- ²⁰ Por exemplo, entre o salário de um professor do sistema de educação pública, que ganhava US\$ 173.00 mensais até há um mês, quando uma grande greve nacional conseguiu impor um aumento de US\$ 28.98, e o do presidente da República que ganha US\$ 19.000,00 mensais (que diante de protestos de massa ofereceu reduzi-lo a US\$ 12.000,00) e que, além disso, tem todos os gastos pessoais e domésticos pagos pelo Estado.
- ²¹ Sobre o caso peruano pode-se consultar as pesquisas de Carmen Pimentel, *Violencia y familia en la Barriada* (Lima: Cecosam, 2001); e os trabalhos publicados pelo Centro Comunitário de Saúde Mental, principalmente *Familia y cambio social* (Lima: Cecosam, 1999).
- ²² Avancei o debate de algumas dessas questões em “El trabajo al final del siglo XX”, em Bernard Founou-Tchuigoua et alii (orgs.), *Pensée sociale critique pour le XII Siècle. Melange en l'honneur de Samir Amin* (Paris: Forum du Tiers Monde-L'Harmattan, 2003), pp. 131-149.
- ²³ Celso Furtado, “Transnacionalização e monetarismo”, em *Pensamiento Iberoamericano*, nº 1, Madri, janeiro-junho de 1982, pp. 13-45.

- ²⁴ Pnud, Informe sobre Desarrollo Humano, julho de 2003.
- ²⁵ Ver, sobre essa questão, de Aníbal Quijano, "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina", em Edgardo Lander (org.), *Colonialidad del saber, eurocentrismo e ciencias sociales* (Buenos Aires: Unesco-Clacso, 2000).
- ²⁶ Uma discussão dessas questões está em Aníbal Quijano, "Globalización, colonialidad del poder y democracia", originalmente publicado em *Tendencias básicas de nuestra época. Globalización y democracia* (Caracas: Instituto de Altos Estudios Internacionales Pedro Gual, 2000). Reproduzido em outras publicações [publicado em *Novos Rumos*, nº 37, São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira/Ipso, pp. 4-28].
- ²⁷ Nesse sentido, deste autor, "Venezuela, un nuevo comienzo?", originalmente em *América Latina en Movimiento*, Quito, abril de 2002.
- ²⁸ Isto é, trata-se de uma negociação institucionalizada das condições, das modalidades e dos limites da dominação e da exploração.
- ²⁹ Ver essa discussão em Aníbal Quijano, "América Latina en la economía mundial", em *Problemas del Desarrollo*, vol. XXIV, nº 95, México, Unam, Instituto de Investigaciones Económicas, outubro-dezembro de 1993.
- ³⁰ Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina", cit. Também, do mesmo autor, "Colonialidad, globalización y democracia", em *Tendencias básicas de nuestra época* (Caracas: Instituto de Altos Estudios Diplomáticos "Pedro Gual", 2001), pp. 25-61; tradução para o português, "Colonialidade, poder, globalização e democracia", em *Novos Rumos*, Ano 17, nº 37, São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira/Ipso, 2002, pp. 4-28.
- ³¹ Ver de Jaime Coronado e Ramón Pajuelo, *Villa El Salvador. Poder y comunidad* (Lima: Ceis/Cecosam, 1996). E de Aníbal Quijano, *La economía popular en América Latina* (Lima: Mosca Azul, 1998). Também do mesmo autor, "The Growing Significance of Reciprocity from Below. Marginality and Informality in Debate", em Faruk Tabak and Micheleine A. Crichtlow (orgs.), *Informalization* (Baltimore-Londres: Johns Hopkins University Press, 2002), pp. 133-166.